



ATA NÚMERO 12
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2015

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Pedro Manuel Barros Pereira, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, **Joaquim Augusto Teixeira**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Rui Miguel Borges**, Octávia Manuel Clemente, **António Magalhães Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Ana Cristina Varejão Reis, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e **José Augusto Carvalho Pinto da Silva**.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho

FREGIM – Sandra Castro Fraga

FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós

GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz

GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro

JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira

LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos, substituído por Fernando Nunes

LOUREDO – Alípio Teixeira

LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto, substituído por António Francisco Macedo Teixeira

MANCELOS – Carlos César Carvalho

PADRONELO – Armando Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – António Gomes Pinheiro

TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique
Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E
GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –
Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos
Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Maria José Castelo Branco, Jorge Francisco Azevedo Pinto, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Alexandra Matias e Américo Paulo da Silva Ribeiro

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação das atas das sessões anteriores, a da reunião de 22 de Novembro e a da reunião extraordinária de 29 de dezembro . Foram feitas várias correções solicitadas pelos senhores deputados municipais António Araújo, Helena Portela, Fernando José Moura e Silva e ainda pela senhora Vereadora Lucinda Fonseca. Feitas as correções, passou-se de imediato à votação das atas. A de 22 de novembro foi aprovada com: **votos contra – 0, abstenções – 4, votos a favor – 49**. A ata de 29 de dezembro foi aprovada com: **votos contra – 0, abstenções – 4, votos a favor – 49**

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO IND. AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “A maioria PSD na Câmara de Amarante, com o objectivo de aceder às verbas não utilizadas do actual Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), conhecido por “overbooking”, apresentou em 24 de novembro de 2014 uma proposta de remodelação das Escolas P3 de Santa Comba (Real), Igreja (Vila Caíz) e Barracão (S. Gonçalo).

Nessa data o Executivo aprovou a adjudicação dos projectos de arquitectura e de especialidades, em 9 de janeiro, em reunião extraordinária, foi aprovada a abertura de procedimentos para a realização de concursos públicos urgentes e, finalmente, em 20 de janeiro, novamente em reunião extraordinária, foi aprovada a adjudicação das empreitadas. Em 23 de janeiro foram apresentadas candidaturas ao “overbooking” do ON2.

Tratou-se de um processo dificilmente explicável à luz dos normais procedimentos de planeamento e de procedimentos de candidatura exigíveis a uma Câmara Municipal, conforme se poderá verificar pela leitura das actas das respectivas reuniões.

O Movimento Independente Amarante Somos Todos identificou um conjunto de situações que levantam fundadas dúvidas quanto à legalidade das deliberações tomadas quanto aos procedimentos e deliberações relativas às empreitadas de remodelação das Escolas do Barracão (S. Gonçalo), Igreja (Vila Caíz) e Santa Comba (Real) pelo que, na reunião ordinária do Executivo da Câmara Municipal de Amarante realizada no passado dia 23 de Fevereiro, apresentou uma declaração informando que irá solicitar à Inspeção Geral de Finanças, entidade a quem compete o controlo da legalidade nos organismos do Estado e nas Autarquias Locais, e ao Tribunal de Contas para se pronunciarem sobre a conformidade das deliberações tomadas com a lei.

Em causa está o eventual não preenchimento dos requisitos do artigo 35º do Decreto-lei n.º 52/2014, de 7 de Abril, quanto à verificação das condições para abertura dos procedimentos para a realização de concursos públicos urgentes, nomeadamente quanto à elegibilidade para cofinanciamento por fundos europeus, prazo mínimo de 15 dias para apresentação das propostas, e quanto ao critério de adjudicação pelo preço mais baixo e objecto das empreitadas.

Antes, em 2 de fevereiro, p.p., o MAST requereu ao senhor Presidente da Câmara que fosse apresentado ao Executivo um parecer jurídico sobre a matéria com vista a esclarecer as questões de conformidade com a lei, o que aconteceu em 9 de fevereiro, assim como, a pedido dos senhores Vereadores do PS, a correspondência trocada entre os serviços do Município, a DGEST e a DGPGF do Ministério da Educação e Ciência.

Analisado o documento, em termos estritamente jurídicos, embora não seja nossa competência decretar a legalidade ou ilegalidade das deliberações, sempre diremos que o referido parecer jurídico não esclarece, de forma inequívoca, nenhuma das questões levantadas.

Em termos de matéria de facto, o parecer jurídico tem o mérito de esclarecer que no dia da abertura do procedimento do concurso público urgente, 9 de Janeiro de 2015, foi emitido pela DGPGF do Ministério da Educação e Ciência, parecer desfavorável à Requalificação da Escola Básica do Barracão (S. Gonçalo), fundamentando que *“A intervenção apresentada visaria apenas colmatar uma situação específica de melhoria do estado de conservação do estabelecimento, não sendo sustentável com base na frequência escolar actual e perspectivada a médio prazo, a necessidade de manter este equipamento na rede escolar, por um período que justifique o financiamento.”*

Esclarece ainda que foi disponibilizado na plataforma informática nesse mesmo dia, mas que apenas no dia 12 de Janeiro, os serviços do Município tomaram conhecimento do mesmo informando a Sra. Vereadora da Educação.

Sem prejuízo das outras questões suscitadas e que afectam todas as deliberações, o MAST conclui que este parecer desfavorável da DGPGF do Ministério da Educação e Ciência, sobre a Requalificação da Escola Básica do Barracão (S. Gonçalo) alterou as circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar e que nada foi feito, como seria exigível, optando o Sr. Presidente e demais Vereadores do PSD, por manter a continuação do concurso público urgente.

A 20 de janeiro foi realizada uma reunião extraordinária do Executivo para aprovação das empreitadas não sendo do conhecimento dos Vereadores da oposição o teor do parecer desfavorável da DGPGF/MEC, sendo garantida a conformidade dos procedimentos com a lei.

No dia 21 de Janeiro, foram assinados os Autos de Consignação e a 23 de janeiro foram apresentadas pelo Município candidaturas ao “Overbooking” ON2 para as Escolas de Real e Vila Caíz.

Não foi apresentada candidatura para a “Empreitada – Remodelação da EB1+JI do Barracão (S. Veríssimo)”, por falta de parecer favorável da DGPGF/MEC.

Entende o MAST que estamos perante uma ocultação de informação fundamental para a tomada de posição em processos com responsabilidades financeira para o Município, no final, em cerca de 1,7 Milhões de euros, o que configura uma inaceitável deslealdade entre os membros do mesmo órgão que, não obstante serem oriundos de forças políticas diversas, prezam, igualmente os superiores interesses de Amarante.

Para além de repúdio e protesto pelo sucedido, o Vereador do MAST não voltará a participar na discussão e votação de propostas que não respeitam as regras e prazos para o agendamento estabelecidos na lei e ainda quando a documentação disponibilizada não permita a formação da vontade de forma livre e consciente.

Quanto às questões de legalidade das deliberações, aguardaremos serenamente as posições da IGF e do Tribunal de Contas”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse que no início do ano de 2014, o senhor Presidente da Câmara anunciou que obteve parecer positivo da Secretaria de Estado dos Transportes para a realização de um estudo de viabilidade a fim de aferir da possibilidade de dotar a linha do Tâmega de via larga (obtendo desta forma uma ligação direta de Amarante ao Porto). Em articulação com a intervenção prevista para a Linha do Douro (no troço entre Caíde e o Marco). Estimava-se que o referido estudo demorasse quatro meses. Depois deste prazo pergunta: o estudo já está concluído? Qual o resultado do mesmo? É ou não sustentável o projeto de via larga para a Linha do Tâmega?

Senhor Presidente, caso não seja sustentável esta ideia, mantém a intenção do chamado “Plano B” de construir um corredor verde para veículos eletricos ligeiros de ligação entre Amarante e a Livração?

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que ouvimos aqui replicar pelo Movimento Amarante Somos Todos, a intervenção que já tinha sido feita pelo senhor Vereador na Câmara Municipal. Esta multiplicação é engraçada. Pode é não ser eficaz. Vamos lá ver: os três P3 tinham ou não amianto? 1 – Era ou não necessário fazer as obras? 2- Havia urgência nas obras para tentar obter financiamento comunitário ou não? 3- As comunidades escolares em causa foram todas envolvidas e houve alguém ou não que se pronunciasse contra? 4 – Eu não entendo qual o sentido desta forma de intervenção, muito francamente. Se alguém tinha dúvidas quanto à legalidade; e eu não vou aqui discutir aspetos jurídicos, eu estou aqui para discutir política, também os poderia discutir mas não vou discutir. Como sabem quanto às questões jurídicas, se calhar infelizmente há várias posições, mas se alguém tinha dúvidas em termos institucionais quanto às questões jurídicas, pedia um parecer e fê-lo. E o parecer jurídico veio e disse exatamente o contrário do que aqui foi dito. Portanto, quanto a questões jurídicas, para mim em termos desta Assembleia o assunto está resolvido. Se não concordavam com o parecer jurídico, não podem pura e simplesmente dizer aqui que acham que é uma ilegalidade, mas que depois estão à espera do parecer do tribunal de Contas e do IGF, para ver se é uma ilegalidade ou não, e que foi violado o artigo 35º quando o parecer jurídico diz que não foi violado, que houve alteração de circunstâncias, quando o parecer jurídico diz que o tempo “*rege o ato*”, que há preterição do prazo, quando o parecer jurídico diz que o prazo em certas circunstâncias pode ser preterido. Isto são aspetos jurídicos. E como diz o senhor Presidente da Assembleia, isto é intendência. Politicamente são as perguntas que eu fiz. Politicamente se isto não fosse necessário era outra coisa. Penso que houve uma

absoluta boa fé em tentar acima de tudo resolver os problemas da escola e resolver o problema dos alunos. De todo o modo, se o parecer não esclarecia, se houve alterações de circunstâncias, se havia dúvidas quanto à legalidade, pelo menos pediam outro parecer. Se mesmo assim subsistissem dúvidas existe a oposição à Câmara que tem a maioria. Pura e simplesmente anulavam o contrato. Podiam fazê-lo e passava a proposta. Aliás os senhores Vereadores do Partido Socialista aqui também votaram contra. Portanto, a proposta passava. Anulavam os contratos meus senhores. O prazo para anulação é de seis meses a partir do conhecimento do ato. Portanto, ou anulavam ou propunham a revogação do ato. Eu não sou propriamente um especialista em administrativo, mas dá-me a sensação que o próprio Órgão pode revogar o ato. Podiam fazer isso e acabavam aí todos os problemas jurídicos, todos os problemas de forma, todos os problemas de prazo. É claro que as escolas não eram feitas. É claro que não aproveitariam os fundos que ainda viessem para recuperar escolas. É claro que o amianto ia continuar nas escolas. É claro que as crianças iam continuar a ser submetidas a essas condições.

Quanto ao facto de não conhecerem o teor do parecer negativo da DGESTE; penso que esse parecer era só no sentido de que não devia ser submetida a fundos comunitários. Mas quanto a esse facto eu acho muito estranho que não o conhecessem, muito francamente.

Mas também dizem que não conheciam o teor do parecer. Podiam não conhecer o teor, mas conheciam a sua existência. Bastava conhecer a existência para que não ficassem com a dúvida e algo fosse feito. Então nada foi feito? Houve alteração de circunstâncias e nada foi feito? Podiam propor a revogação do ato porque tinham dúvidas. Embora juridicamente alguém vai defender uma posição a dizer que o “*tempo rege o ato*”, e que quando foram abertas as propostas ainda não havia parecer. Então se tinham dúvidas propunham pelo menos a revogação do ato. Com certeza que não vinha mal nenhum ao mundo. Qual é a consequência desta intervenção. Que consequência querem com esta intervenção? Não é para ajudar as escolas. É para atacar a Câmara. Porquê?. Porque está de boa fé ao tentar ir buscar financiamento para reparar três equipamentos que eu presumo ser necessário. Temos de ser mais consequentes. A própria Assembleia pode fazer recomendações. Os senhores Vereadores da oposição ainda vão a tempo de poder revogar o ato. Temos de ser consequentes. Fazer-se política só desta maneira, para criticar e de forma negativa não me parece muito correto.

HUGO PEIXOTO – PS

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Gostaria primeiramente de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, respetivos secretários, Exmo. Sr. Presidente da câmara e demais vereadores, caras e caros deputados, público e imprensa.

Gostaria de efetuar duas questões ao Sr. Presidente da Câmara.

A primeira reside na iluminação que recentemente foi adicionada ao mosteiro de S. Gonçalo. Sabendo nós que estamos perante uma zona que recentemente foi alvo de uma intervenção profunda de requalificação e encontrando-se, a mesma, localizada em pleno centro histórico da cidade gostaria de saber se a estrutura recentemente acrescentada mereceu aprovação do IGESPAR e se o mesmo instituto foi consultado para o efeito.

Como o Senhor. Presidente deverá saber, melhor que eu, aquando da requalificação desse espaço travaram-se duras batalhas com este mesmo organismo que foi extremamente rigoroso em inúmeros aspetos entre eles a iluminação e o impacto que a mesma teria na paisagem.

Pondo de lado toda a questão estética e de enquadramento urbano que a mesma origina uma vez que, na minha opinião, cria um obstáculo visual e disruptivo na

paisagem uma vez que para além de desproporcional é um objeto materialmente diferente dos restantes, gostaria que nos esclarecesse acerca dos trâmites seguidos.

A minha segunda questão; mais que uma questão, é um reparo que não poderia deixar de o fazer. Esse mesmo reparo relaciona-se com a questão da iluminação pública que na nossa opinião deveria receber uma melhor atenção por parte da câmara. Vivendo nós num contexto socioeconómico bastante difícil onde a eficiência é o objetivo máximo a alcançar, não posso deixar de trazer aqui o caso da iluminação das piscinas que diariamente possui as duas torres de iluminação ligadas totalmente. Obviamente que aquele espaço precisa de iluminação, é algo de fundamental, contudo não posso deixar de trazer aqui o reparo de muitos amarantinos que vêm ali um desperdício de recursos, que extravasam na minha opinião a própria razão económica que lhe está inerente.”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a sua intervenção, desnecessária no entender da coligação PSD/CDS, também vai em torno da questão das empreitadas. Em 9 de janeiro de 2015, foram aprovados os projetos de remodelação das escolas do Barracão, de Igreja em Vila Caíz e de Santa Comba em Real e que haviam sido precedidos de parecer prévio favorável à prestação de serviços por ajuste direto para a realização do projeto de arquitetura e especialidades. A 20 de janeiro do corrente ano em reunião extraordinária do Executivo Municipal após inclusão de um parecer jurídico e após terem sido prestados novos esclarecimentos na própria reunião, foram aprovados por unanimidade e por todos os presentes os relatórios dos serviços técnicos e em consequência foram adjudicadas as três empreitadas em causa. Como decorre da análise dos procedimentos contratuais colhidos em todas as fases e até pelo facto de terem existido várias reuniões extraordinárias, com o envio da documentação de suporte às mesmas em algumas situações no próprio dia, sempre motivados pela necessidade de deliberar com urgência sobre tais empreitadas, havia a necessidade de executar as obras em causa até junho de 2015 e de as candidatar ao regime de overbooking durante o mês de janeiro. Para tanto, os Vereadores do Partido Socialista e bem assim como o senhor Vereador do Movimento Independente manifestaram ao senhor Presidente da Câmara toda a colaboração necessária a que tais obras fossem realizadas nos timings definidos pelo Executivo e necessários ao cumprimento dos prazos das candidaturas em causa. Por exemplo, na reunião de 20 de janeiro, e apesar de se tratar de uma reunião extraordinária, a mesma foi convocada na véspera sendo a documentação de suporte entregue apenas no início da reunião e uma outra parte apenas foi entregue depois da sua realização. É o que consta das atas. Apesar disso, nenhum senhor Vereador impediu ou se recusou a participar na reunião e as propostas de adjudicação até foram aprovadas por unanimidade. Porém, a colaboração prestada pelos senhores Vereadores não foi de todo correspondida pelo senhor Presidente da Câmara. E não foi correspondida pelo senhor Presidente da Câmara e bem assim pela senhora Vereadora com o Pelouro da Educação, que além de não terem partilhado toda a informação que possuíam nessa data já conheciam o teor do parecer, desfavorável no que respeita à escola do Barracão e a tal estavam obrigados atendendo a que estavam a propor nessa mesma data a adjudicação de uma obra que havia sido precedida de determinados formalismos baseados em pressupostos que agora vieram a revelar ou a conhecer serem falsos, o que poderia pôr em causa a legalidade de tais deliberações, ou seja, apesar de pelo menos a senhora Vereadora ter tido conhecimento do parecer negativo da administração central em 9 ou 12 de janeiro, independentemente da data, estranhando-se aqui, embora sem grande interesse para a questão central, que diariamente se consultasse a plataforma, mas que tal apenas não tenha acontecido nos dias 9, 10 e 11 – cito informação da senhora Vereadora; 9 não é ao fim de semana, é

a uma sexta feira. E apesar de posteriormente a esta data terem ocorrido pelo menos três reuniões do Executivo, em nenhuma delas, quer a senhora Vereadora, quer o senhor Presidente da Câmara, representante máximo do Município e de quem os senhores Vereadores recebem os poderes delegados não tivessem prestado e partilhado toda a informação que possuíam relativamente a este assunto. Não está em causa a realização das obras. Está em causa o procedimento e a postura. Tal seria a atitude que mereciam todos os senhores Vereadores e que era correspondente com as tomadas de posição sobre este assunto, de, repita-se total colaboração, confiança e lealdade para com a coligação do Executivo AfimarAmarante.

Porém, de vontade livre e esclarecida decidiram, a senhora Vereadora bem como assim o senhor Presidente da Câmara não partilhar tal informação e apenas em reunião de 26 de janeiro de 2015, quando questionado pelo facto de no documento distribuído aos membros do Executivo sobre a lista das obras apresentas ao regime de overbooking, se verificar que a empreitada para a escola do Barracão não figurava dessa listagem é que o Exmo senhor Presidente da Câmara deu a conhecer que o parecer da DGESTE era negativo e como tal não podia apresentar a candidatura ao regime de overbooking. Os eleitos do Partido Socialista repudiam veemente esta atitude do senhor Presidente da Câmara, a falta de transparência e a falta de lealdade. E não se venha fazer aqui algum tipo de chantagem para com a comunidade escolar, para com os eleitos dessas freguesias porque ninguém está a pôr em causa a necessidade da realização das obras. O que está em aqui causa pura e simplesmente é o facto de ter sido escolhido um procedimento baseado em determinados pressupostos, pressupostos estes que pressupunham as candidaturas a fundos comunitários, porque a legislação citada assim o pressupõe. Entretanto foi conhecido o parecer desfavorável e até aqui o Partido Socialista não tem muito a acrescentar, mesmo quanto à escolha do procedimento. Está fundamentada no parecer técnico e vamos acreditar que assim é. A questão é saber qual a postura do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora a partir daqui. Deviam ter dado conhecimento, até porque houve três reuniões e aí a questão tinha sido muito simples. Hoje não estaríamos certamente a discutir isto. Não se venha para aqui dizer que se pode revogar. Pode, mas um ato nulo não é suscetível de revogação. O senhor Presidente da Câmara sabe muito bem e o Dr. Araújo melhor ainda, que a possibilidade de revogação quando a obra já está adjudicada pode implicar responsabilidades para cada um dos Vereadores e do Presidente da Câmara que fez a intervenção. E depois, também não nos podemos esquecer que efetivamente a obra é necessária. Ninguém está a dizer que não quer realizar a obra ou que ela pare. O que está em causa é a atividade e a postura do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora na omissão e no total desrespeito para com os Vereadores e demais Executivo.

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO IND. AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, disse ao senhor deputado António Araújo, que ele não tinha entendido o sentido da posição do Movimento Amarante Somos Todos relativamente a este assunto. A Assembleia é um órgão distinto e como tal todos devem ter conhecimento destes factos. Este processo iniciou-se em novembro do ano passado, está tudo devidamente documentado, as atas relatam os factos, e são por si esclarecedoras quanto à forma como tudo isto foi conduzido Tudo tem a ver com a forma como o processo foi conduzido. Por isso é que mostramos o nosso repúdio e o nosso desagrado. O Movimento não está contra a construção das escolas. Aliás, votaram favoravelmente a realização das obras. O que se discute é a falta atempada de documentos para que quem intervém no Órgão, possa de uma forma consciente e ponderada tomar as decisões. Essencialmente é uma falta de lealdade para com os

elementos que fazem parte deste Executivo e que têm de ter acesso que se mostra necessária para bem decidir.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que a senhora Dra. Octávia veio à tribuna com o peito cheio de moralidade atacar o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vereadora, falando na falta de lealdade. Eu não estive lá na reunião nesse dia. Eu quanto a isso, de saberem ou não eu presumo que tenham sabido. A senhora diz que eles não souberam do teor do parecer jurídico, mas concerteza que souberam que existia o parecer jurídico. Presumindo eu que sabiam da existência do parecer jurídico, até sabendo eu que nenhum dos Vereadores do PSD é jurista e os outros, o líder do Partido Socialista e do Movimento Independente até são juristas, bastava aquela coisa de que houve um parecer e sabendo bem que era um dos requisitos para o overbooking, aí tinham de levantar um problema qualquer. Vinha-lhes logo à cabeça. Como viria a mim e à senhora o problema que estão a levantar aqui.

Mas quanto aos aspetos jurídicos eu pergunto: A senhora não deixará de acreditar, uma vez que trabalhou muito tempo nesta casa, no valor a nível institucional do parecer jurídico que está junto aos autos do processo. Este parecer jurídico que me parece bem sustentado e bem fundamentado, embora não queira aqui discutir aspetos jurídicos, desfaz exatamente toda as dúvidas jurídicas que foram aqui apresentadas. E quanto a isto eu não me pronuncio mais.

Institucionalmente quando há dúvidas quanto à legalidade, parece-me que as Câmaras e as Assembleias funcionam com os pareceres jurídicos, que neste caso até foram pedidos pela oposição.

Aqui parece-me que há mas é, porventura, e posso estar a ser injusto, uma luta de bandeiras. Quem é que fica com o quê. Qual é o sumo disto? Qual é o objetivo disto? É apenas fazer política a atacar a Câmara por querer reparar as escolas. Há aqui dois pontos fundamentais. Se há aspetos jurídicos, convenhamos que quem resolve são os juristas. Outro ponto fundamental é saber se houve falta de informação. Então quem pode falar sobre isso, porque eu não estive na reunião nesse dia, são os senhores Vereadores e o senhor Presidente da Câmara. Nós só podemos vir aqui presumir e é pelo que nos dizem.

Agradeço também a intervenção da Dra. Flávia, que no meu modesto entender nada acrescentou de relevante.

Parece-me que em termos gerais, muito francamente e é a minha opinião há aqui uma preocupação muito pela forma, pelo acessório e não pelo fundamental. E se de facto havia aqui problemas fundamentais, penso eu que a atitude correta e construtiva uma vez que estava em causa o interesse municipal da reparação das escolas, teria sido uma atitude de colaboração para tentar resolver os problemas e não levantá-los para depois, ao que me parece, haver aproveitamento político de tudo isto.

ANTÓNIO RICARDO - PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse: “Este assunto traz-me aqui porque eu sinceramente não percebo e certamente a maioria também não percebe o porquê desta discussão. E não percebo por várias razões. É importante saber se o Movimento Amaranite Somos Todos e o Partido Socialista estão contra ou a favor destas reparações, porque parece-me que a partir de hoje o senhor José Joaquim vai deixar de ser o porta-voz do Partido Socialista na comunicação social, porque na comunicação social referiu concretamente, e em relação a Vila Caíz que “não era necessário porque era uma escola que tinha os dias contados”. Portanto, no PS entendam-se porque os senhores Vereadores votaram a favor, logo, ficamos assim sem saber o que se passa dentro do PS.

Referiu concretamente que a escola de Vila Caíz que tem cerca de 125 alunos, uma comunidade escolar das maiores do concelho de Amarante e portanto disse claramente aos órgãos de comunicação social, aliás tenho gravado no telemóvel que a escola tinha os dias contados. Quero saber quantos dias são: são cem, são mil ou são dez mil? Sabe as condições em que estava a escola? Sabe a localização da escola? Não percebo esta questão de vir aqui saber se é preciso ou não a reparação da escola. Pergunto a esta Assembleia se também percebeu esta discussão. Afinal qual é o resultado desta discussão? É parar as obras? Então assumam frontalmente, com coragem e vamos parar todas as obras. Se estamos aqui a falar para dar uma reprimenda ao senhor Presidente da Câmara, só porque houve um procedimento menos correto, então assumam também isso. Agora, estarmos aqui numa discussão a falar em queixas para o Tribunal de Contas, não faz sentido.

Sinceramente o que está em causa é ver se vale a pena tudo isto. Peço ao senhor José Joaquim, e já não é a primeira vez que ele se refere a Vila Caíz que mostre os estudos em que se baseou para falar de Vila Caíz conforme fala.

Depois também queria perguntar com toda a frontalidade se a escola de Vila Caíz com 125 alunos no ensino básico devia continuar como estava? Se devia assumam-no. Portanto, queria aqui dizer muito claramente que não percebo e a maioria também não, toda esta discussão. E se pelo menos há esta discussão, haja consequências. Vamos reparar as escolas, vamos dar-lhes dignidade e vamos tratar do futuro que é isso que interessa.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra a senhora deputada disse que “apenas não percebe esta discussão quem não sabe o que é lealdade, quem não sabe o que é colaboração. Neste caso, a coligação, onde o CDS até está calado, talvez por opção e para não ser envolvido numa discussão que agora e também na opinião do PS não nos leva a lado nenhum”. O PSD quer deliberadamente escamotear, aquela que foi a postura do senhor Presidente da Câmara que é a única questão que está aqui em causa. Falta de lealdade senhores deputados. Esta atitude não é correspondente com aquela que os senhores Vereadores do PS e do Movimento Amarante Somos Todos prestaram ao senhor Presidente. Disponibilizaram-se em cima dos joelhos a deliberar sobre todos os assuntos, quando a documentação foi fornecida no próprio dia. Eu não estive lá mas há as atas. As atas são falsas também? Há algum lapso?

Quanto ao parecer, é a senhora Vereadora e o senhor Presidente da Câmara que dizem que só tiveram conhecimento a 9 ou a 12. Ninguém aqui inventou rigorosamente nada. Cingimo-nos aos factos. Efetivamente não estive na reunião e não perguntei nada aos senhores Vereadores do PS. Li as atas e os documentos que nos são fornecidos. O que está aqui em causa é uma postura e uma atitude. Se tiveram conhecimento de um parecer a 9 ou a 12, seja lá qual for a data e que apenas no dia 26, a solicitação dos senhores Vereadores é que é prestada toda a informação, o que podia nessa altura pôr em causa a escolha dos procedimentos. Mas o PS não está aqui a questionar a legalidade. Não é a forma, uma vez que isto não é uma questão para juristas. Isto é uma questão política.

O senhor Presidente da Junta de Vila Caíz veio aqui tentar expressar e lançar a confusão sobre aquilo que tem sido a intervenção do PS. Eu não ouvi diretamente a intervenção do deputado do PS, mas certamente foi de encontro àquilo que tem sido e àquilo que foi a defesa do PS aquando da discussão da realização destas obras. É que primeiro seria necessário fazer-se a revisão da Carta Educativa que o senhor Presidente da Câmara referiu já estar em estudo e que só depois se devia avançar com as obras. Seja como for, porque havia a intenção de fazer a candidatura a estas obras para a remodelação destas escolas, uma vez que tinham amianto e havia a necessidade de as remodelar, havia então a possibilidade de fazer as candidaturas.

Inicialmente havia a intenção de fazer uma intervenção mais pequena, que depois foi alargada. Independentemente disso, o PS não se opôs. Mas também não votou contra. Absteve-se e votou favoravelmente. Absteve-se inicialmente no parecer prévio para a prestação de serviços. O PSD pretende agora lançar a confusão fazendo crer que isto é uma questão jurídica, quando não o é. É uma questão política. É uma questão de postura. E foi a postura do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora que não partilharam toda a informação depois de todos os senhores Vereadores, sem exceção se terem prontificado a fazer com que estas candidaturas fossem possíveis de serem candidatáveis dentro dos prazos definidos. O PS não pretende levar daqui nenhuma bandeira. As bandeiras são do PSD e da coligação. Para nós é uma questão de caráter, é uma questão de postura e é efetivamente uma questão política e nada mais do que isso.

JOSÉ JOAQUIM – PS

No uso da palavra disse que as pessoas do PS usam da palavra em nome do Partido e não em nome do senhor Presidente da Junta de Vila Caíz. Disse nada ter contra Vila Caíz, apenas emitiu a sua opinião em nome do PS. Não vê o porquê de tanta irritação por parte do senhor Presidente da Junta. Apenas foi discutida a intervenção em três escolas e o momento que o senhor Presidente refere tem a ver com uma discussão à volta da Carta Educativa e da monitorização da mesma. Nada mais do que isso. Portanto, as suas intervenções são feitas com base no estatuto de oposição e fá-las de acordo com a sua consciência e de acordo com aquilo que pensa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra dirigiu-se à senhora deputada Octávia Clemente dizendo-lhe que os senhores Vereadores do PS não fizeram nenhum favor, ou outro termo que utilizou porque não sei bem qual foi, ao senhor Presidente da Câmara. Prestaram-no a Amarante.

Depois, a senhora não me chegou a responder se são os pareceres jurídicos que resolvem os problemas jurídicos. A senhora Deputada e o Movimento Independente é que vieram aqui falar de prazos e formas. Eu aceito com calma essas observações incorretas e erradas da sua parte. Mas sabe senhora Deputada, lealdade era no anterior mandato quando nós não concordávamos com as vossas ideias, dizer assim: “vamos votar”. Isto é que era lealdade. Lealdade era no anterior mandato, salvo erro na discussão dos documentos previsionais, nem sequer consultar os Vereadores da Oposição. Isso é que era lealdade? Eu acho que não, mas também não venho agora aqui defender o senhor Presidente da Câmara, porque no meu entender ele tem lealdade a mais. Lealdade, dignidade e honestidade são atributos que eu me parece que o senhor Presidente da Câmara não tem falta. Se calhar tem atributos destes a mais e porventura deverá passa a ter um bocadinho menos.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que falta de lealdade é o senhor Deputado António Araújo vir aqui sempre falar no passado e apenas de parte do passado, esquecendo as dezenas ou centenas de deliberações que foram tomadas após a audição dos senhores Vereadores, sempre muito ativos na Câmara e que eram acolhidas e aceites pelo PS. Isso é que é falta de deslealdade. Aliás senhor Deputado, ninguém acusou o senhor Presidente da Câmara de falta de caráter.

Aquilo que aqui foi referido é que o procedimento escolhido, a forma, a omissão não foram as melhores. O que está aqui em causa não é uma questão jurídica. Não desvirtue, não escamoteie aquilo que está aqui efetivamente em causa. É uma questão política e a forma como o senhor Presidente da Câmara não colaborou com os seus Vereadores, depois de toda a atitude de colaboração que estes tiveram para com ele.

Não foi de favor que se falou. A questão última foi para o interesse dos Amarantinos. É um facto. Mas a colaboração que foi pedida, foi pedida pelo senhor Presidente da Câmara e foi prestada ao senhor Presidente da Câmara e a mais ninguém. Isto é uma questão política e o PS nunca esteve contra as obras. Não está contra a realização das intervenções. O que está em aqui em causa é a forma como tudo isto foi conduzido. Só não vê quem não quer. E só não vê quem não sabe como se deve proceder em política de forma correta, transparente e leal para com todos os pares do mesmo Órgão. É isso que está aqui em causa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: a senhora deputada é que veio aqui falar em procedimentos e em forma; não fui eu. Mas se isso é jurídico ou não, entendam-se dentro do PS e com o Movimento Amarante Somos Todos. Há formas de debelar esses assuntos. Mas já que a senhora falou do passado, tenho aqui um dado, que espero não seja o dado que está a fazer confusão. Sabe senhora Deputada, nos últimos dois meses este Executivo já candidatou cinco milhões, cento e noventa e três mil euros a fundos europeus. No período de seis anos, entre 2008 e 2013, o anterior Executivo candidatou oito milhões, novecentos e noventa e oito mil euros. Portanto, nestes dois últimos meses, relativamente aos seis anos, já estão realizados mais de metade da verba candidatada. Espero que não seja este dado que esteja a lançar a confusão senhora doutora.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse ao orador anterior que “quando forem concluídas as decisões sobre as candidaturas nós falaremos aqui senhor Deputado”. Não é correto estar a fazer análise, relativamente ao tempo do Executivo do Partido Socialista. São candidaturas que foram aprovadas e executadas, e quanto ao PSD apenas podemos falar em candidaturas que foram feitas.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ LUÍS GASPAR

No uso da palavra começou por dizer “que nem sabe o que lhes responder. E vou dizer porquê. Vamos começar pela parte maior que aqui foi falada, que é a falta de lealdade e honestidade, a falta de carácter e a falta de transparência. Se há coisa de eu não posso ser acusado é da falta destes adjetivos que aqui me quiseram colar. Se há coisa que eu tenho feito desde a primeira hora é ter total transparência com toda e qualquer pessoa. Não é só com os senhores Vereadores. É com qualquer pessoa, é com os funcionários, com a população, com os senhores Presidentes de Junta e com os senhores Deputados. Nunca andei aqui a esconder nada na manga. E tanto não andei a esconder nada na manga que esta questão do “eu não comuniquei”, aliás posso não o ter feito formalmente, mas na hora em que tive conhecimento de que tinha havido um parecer negativo, não para a construção, mas para o financiamento, quis a coincidência que eu estivesse sentado aqui na reunião de Câmara no dia 12. Na hora, quando a senhora Vereadora me mostrou o tablete com o e-mail que os técnicos lhe tinham reencaminhado para seu conhecimento, comunicou-o aos senhores Vereadores a quem disse: vejam bem o disparate. Deram parecer negativo sobre a construção de uma escola. Foi isto que na altura lhes disse. Sempre assumi, desde o início do processo que as escolas eram para ser recuperadas, com overbooking ou sem overbooking.

A uma interpelação da senhora deputada Octávia Clemente que disse que a ser assim alguém andou a enganar alguém, o senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador **CARLOS PEREIRA**, do **PS**, que disse que como já tinha tido oportunidade de dizer na reunião de Câmara e porque também é uma pessoa leal, tinha ouvido numa reunião, de que não pode precisar a data, data essa que pode ter

sido o dia 26, o que lhe dá como boa a opinião dos seus colegas que lhe dizem que foi no dia 26. “De facto, ouvi numa reunião de Câmara a comentar o assunto mas não sei em que reunião foi. Portanto, nem ele, nem os colegas dizem que tiveram conhecimento antes e foi isso que disse na reunião de Câmara. Portanto, digo hoje aqui o mesmo. Não sei precisar a data, mas também não sabe se os colegas a sabem.

Retomou a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse: “agora só se os senhores quiserem dizer que eu sou mentiroso. Eu estou a dizer-vos que dei a conhecer o parecer imediatamente a seguir ao momento que dele tive conhecimento . Admito que o senhor Vereador não se recorde se foi no dia 12 ou 22. Mas que foi dito num desses dias lá isso foi. Mas deixem-me dizer-vos que para mim, isto é um mero pormenor, porque a questão de fundo aqui é uma questão política. A questão jurídica que alguns senhores deputados quiseram apregoar, tem a ver com o facto de quererem transportar o caso para a questão política. Ainda temos muito tempo para falar na falta de transparência e de honestidade. Desde a primeira hora que diz que não governará contra ninguém. Apenas governará a favor das pessoas. É esse o seu compromisso com as pessoas e com o facto de lhes proporcionar qualidade de vida. E quando se trata de crianças, elas estão em primeiro lugar. É isso que faz desde a primeira hora. E se desde a primeira hora houvesse quem não concordasse, ele recuaria. Entende que é esse o caminho que deve seguir. É a última oportunidade que temos para ir buscar algum dinheiro, mas isso não será impeditivo para que não se faça o investimento que falta fazer no concelho de Amarante para dar conforto e dignidade às nossas crianças. Sempre assumiu isso e vai continuar a assumir. É pouco sério o tipo de comportamento que estão a ter. Mas oxalá que em todas as Assembleias tenhamos discussões deste género. É sinal que estou a fazer algo. É sinal que estou a resolver os problemas do concelho de Amarante. Temos muito orgulho neste processo e no seu desencadear. Irei continuar a ter muito orgulho neste tipo de comportamento que sempre foi leal. Sempre teve o comportamento certo e correto com todas as pessoas aqui dentro. Não há ninguém que possa dizer o contrário.

Estão agora a tentar um jogo de dança para desviar a atenção daquilo que é essencial. O senhor Deputado António Araújo, referiu na sua intervenção uma verba de cinco milhões e cem mil euros. Não foi esse valor. Foram seis milhões e cem mil euros. Vejam que desde trinta de setembro até nove de janeiro de 2015, que foi o prazo para apresentar as candidaturas, o que foi preciso fazer, numa altura de Natal em que estamos todos imbuídos no espírito natalício, tivemos todos os técnicos a trabalhar para recuperar o tempo perdido. Era isto que os senhores Deputados deviam enaltecer. Deviam agradecer a prontidão de todos os técnicos envolvidos. Estão agora a rezar para que venha tudo chumbado. Rezem à vontade, porque não virá tudo chumbado, porque já há coisas que foram aprovadas. E não deixa de ser verdade que já foram elaboradas candidaturas no valor de seis milhões neste pouco espaço de tempo. Olhando para o passado, o Partido Socialista apenas candidatou doze milhões. É esta a diferença e isto está a incomodar. Estão preocupados com a capacidade que nós temos em fazer obra. Por isso é que agora vêm dizer – “para o quartel da GNR até já estava o dinheiro. Onde? Sejam sérios na apreciação política das coisas que fazem aqui, ou nos jornais. É esta a diferença de atitude e de comportamento. Então venham para aqui sempre criticar se eu fiz ou deixei de fazer. Eu não sou a pessoa ideal para, em termos jurídicos expressar opiniões. Mas os senhores Deputados têm na documentação um parecer jurídico que diz que está tudo dentro da legalidade. Estão a tentar encontrar o quê? Pensam que eu tenho a cela 45 para ficar ao lado do outro. Não vou para lá meus senhores, porque eu faço tudo dentro da legalidade.

E acrescentou “As escolas vão ser feitas a não ser que a maioria do Executivo que tem a propriedade de fazer com que eu não faça, venha a contribuir para que isso aconteça. Apresentem a proposta porque ainda vão a tempo. Mas até lá vou sempre avançar. Neste processo das escolas, em trinta de setembro, saíram os avisos. Depois

foi preciso ver se podia avançar. Depois é preciso elaborar o projeto de arquitetura, aprová-lo, abrir o concurso, fazer a consignação e a candidatura à obra até ao dia 23. Vejam o tempo recorde com que isto se fez. Isto é que é de enaltecer. Os técnicos apresentaram soluções em tempo recorde. De hoje para o futuro vai continuar com a mesma atitude. Votem todos contra. Façam o que quiserem. A partir de agora, os senhores Vereadores vão ter de saber tudo ao pormenor; vão ser políticos, vão ser técnicos, vão ser tudo. São os únicos que querem bem a esta cidade, a este concelho. Na opinião deles, o Presidente da Câmara não pode andar tão rápido. Mas não estejam preocupados com a velocidade. Não estejam preocupados, porque Amarante tem de recuperar muito tempo. Eu estou cá para ajudar a recuperar o tempo perdido. Questões como recuperações de P3, recuperações de estradas, recuperações de habitações sociais, iluminação pública, tudo vai andar dentro deste pouco tempo que resta que são cerca de três anos. Tudo irá fazer para que Amarante se possa afirmar. Foi esse o seu lema. Continuará a ser esse o seu lema, sempre com os olhos postos nas pessoas. Continuem a tecer as considerações que entenderem. Não lhe interessa. Interessa-lhe aquela pessoa que lhe entra no Gabinete e precisa de ajuda e a Câmara o pode ajudar.

Em tudo o que acha essencial fala com todos os senhores Vereadores. Eles não o podem negar. Relativamente a este assunto já disse tudo o que tinha a dizer e vai então passar a responder às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados José Joaquim e Hugo Peixoto.

Disse ao senhor deputado José Joaquim que em relação à linha do Tâmega o relatório já foi feito. Teve reuniões com o senhor Engenheiro António Ramalho, representante da Refer. Neste momento está a ser analisada a questão financeira e vai provar-lhe que a solução que se pretende é sustentável. Solicitou-lhe que a decisão, boa ou má seja tomada este ano. Não quer mais prorrogação de prazos. Se não for possível, haverá de ser encontrada uma solução.

Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Hugo Peixoto, disse-lhe que efectivamente não foi pedido nenhum parecer ao IGESPAR. A solução encontrada é provisória. Como o pavimento está a abater, vai ser levantado e nessa altura a iluminação no chão vai ser reparada, embora existam alguns constrangimentos técnicos que terão de ser ultrapassados. Como aquela zona estava muito escura encontrou-se então aquela solução provisória. Se tiver que retirar a iluminação de um dia para outro, manda tirar. Há uma candidatura no valor de quatro centos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta euros, para recuperar a iluminação no centro que tem de ser mudada, tendo em conta a eficiência energética. Relativamente à iluminação das torres do parque das piscinas vai saber o que se passa. Se estão desligadas, não deviam estar. Vai saber o que é que realmente se passa. Quer num caso quer noutra vamos apostar na eficiência energética.

OCTAVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que queria que ficasse registado que o Partido Socialista não reza para que as candidaturas apresentadas pela Coligação sejam chumbadas, muito pelo contrário. Mas independentemente dessas questões e porque da intervenção do senhor Presidente da Câmara e do esclarecimento prestado pelo senhor Vereador, fica com muitas dúvidas sobre aquilo que se passou. Pedia ao senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos, interpelando-o, de acordo com o Regimento que esclarecesse a questão do parecer jurídico que para si é essencial.

Foi então dada a palavra ao senhor **VEREADOR PEDRO BARROS**, que no uso da palavra começou por perguntar à senhora Vereadora se o esclarecimento que ela pede é sobre o parecer jurídico ou sobre o momento em que foi discutido? As atas são claras, mas sendo assim, disse-lhe que o parecer jurídico foi pedido pelo Movimento

em 2 de fevereiro de 2015. A reunião do executivo foi no dia 20 de janeiro. No dia 2 de fevereiro fez um requerimento ao senhor Presidente da Câmara solicitando-lhe com caráter de urgência a apresentação de um parecer jurídico uma vez que tinha fundadas dúvidas sobre o enquadramento das deliberações tomadas em sede da legislação aplicada. Portanto, foi no dia 2 de fevereiro. A deliberação tem a data de 20 de janeiro. Tomaram conhecimento do parecer da DGESTE e no dia 26, na reunião do Executivo solicitaram e entretanto foi distribuída uma relação das candidaturas apresentadas. O senhor Vereador Dr. Dinis Mesquita, deu conta de que faltava a candidatura da escola do Barracão. Foi na mesma altura dada a explicação que a candidatura não tinha sido apresentada porque tinha sido prestado um parecer negativo por parte da DGESTE para esta escola. O que se passou foi exatamente isto.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ LUÍS GASPAR

No uso da palavra disse que não percebe o que é que a Dra. Octávia está a querer fazer. Ele como nunca vai aos Tribunais, não sabe muito como funcionam os interrogatórios. Este caso parece-lhe a encenação que costuma ver nos filmes de Hollywood. A verdade é esta. No dia 12 teve conhecimento da decisão da DGESTE. Deu conhecimento disso aos senhores Vereadores e perguntou-lhes se continuava com as obras ou se as mandava parar. Se é isso que quer provar, está provado. Se isso leva à condenação, condene-me já. Já nessa altura, mostrou o seu desagrado porque desde a primeira hora disse que com ou sem overbooking ia recuperar as escolas e por isso continuou com o processo. Se agora me vem dizer que este procedimento configura na lei uma ilegalidade, porque o concurso urgente caiu por terra, só tem a dizer-lhe que isso não lhe parece, porque os juristas lhe fizeram crer que não havia nenhuma ilegalidade e por isso avançou com as obras.

Usou de novo da palavra o senhor **VEREADOR CARLOS PEREIRA**, que disse que lhe pareceu que da sua intervenção ficou alguma dúvida. O que quis dizer foi que na declaração de voto do PS está de facto escrito o dia em que tomaram conhecimento. Disse também que ouviu numa reunião que provavelmente seria a data de 26 de janeiro. Que isto fique claro. Que não fiquem dúvidas sobre isso.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que tinha ficado com dúvidas sobre a intervenção do senhor Vereador do PS, mas quero que fique registado que se os Vereadores tivessem tido conhecimento o dia 12 eu retiraria tudo aquilo que disse. Foi por isso que eu pedi ao senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos para prestar o esclarecimento, porque se o senhor Vereador não se lembrasse muito bem, eu sinceramente estava a sentir-me enganada relativamente a tudo. Por isso fiz questão que o senhor Vereador Independente esclarecesse tudo. Entretanto o senhor Presidente da Câmara já disse tudo o que tinha a dizer. Da sua parte, também não tem mais nada a acrescentar e dá aqui por encerrado este assunto.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato às intervenções do público previamente inscrito.

Assim, usaram da palavra os senhores:

LINO COUTO, morador em Gatão, que no uso da palavra, começou por dizer que há mais de 20 anos que não incomoda a Assembleia Municipal. Também não estava hoje na sua mente fazê-lo. Mas como neste período de tempo as mudanças políticas foram algumas e também porque ultimamente aparecerem dois temas, muitos focados na “Amarante TV”, que lhe dizem respeito, vem a esta tribuna no sentido de os esclarecer. Parece-lhe também que alguns dos comentadores desses programas parecem Vereadores, ou então preparam-se para o ser.

Um dos temas que muito tem dado que falar é o espólio de Teixeira de Pascoaes que esta Assembleia resolveu em tempos comprar e o Plano Pormenor da Baseira.

Começando pelo primeiro tema, o espólio de Pascoaes, disse que iria falar do tema sem a presença da Maria Adelaide, que por questões pessoais não pôde estar presente. Contudo, foi quase sempre ele que tratou dos assuntos relacionados com o espólio e os livros de Pascoaes. Foi sempre ele que manteve os contatos com a editora Assírio e Alvim e com Jacinto Prado Coelho entre outros. Acompanha a vida e tudo que se relaciona com Pascoaes há mais de 50 anos. O único intuito da Maria Adelaide é divulgar o poeta e a sua obra. Nunca foi o intuito comercial. Ela abrirá mão dos seus direitos, dos direitos que sempre teve, e não dos direitos que outros se arrogam ter. O seu empenho foi sempre no sentido da divulgação da obra de Pascoaes, seu padrinho a quem sempre esteve muito dedicada.

Nos últimos dias saíram notícias, e apesar de não conhecer os ditos comentadores, viu da parte deles comentários pouco agradáveis. Quer agradecer ao atual Presidente da Câmara, porque parece que se eu agradecer ao anterior Presidente estou a cometer um crime e embora a minha ideia política nem tenha a ver com a dele, mas também não é isso que está aqui em causa. Tudo o que tem sido feito, tem a ver com a defesa da obra do poeta e não com interesses políticos. Faz das palavras do Dr. Armindo Abreu as suas palavras no que diz respeito ao direito de resposta que este deu a esse órgão de comunicação, à exceção de uma carta que lhe escreveu baseada nos direitos que a Maria Adelaide anda a reivindicar há muito tempo, há cerca de cinquenta anos e que até hoje lhe têm sido negados. Não há qualquer delapidação do património, mas ainda falta entregar à Maria Adelaide, partes desse património que são dela por direito próprio. Tem cópias da escritura, sabe o que lá diz e tudo o que está no espólio adquirido pela Câmara e é pertença da Maria Adelaide, deve ser-lhe devolvido. Ela não quer qualquer questão sobre isso e logo que tenha os bens em sua posse, vai oferecê-los para que fiquem expostos no local que ela sempre quis, em Gatão, onde seria criada uma Fundação. Por deliberação da Assembleia, foi decidido que fosse em Amarante. Que seja.

Continuou a intervenção referindo o Plano de Pormenor da Baseira, acordado com o Dr. Assis em 1995, era ele Presidente da Câmara. Há um acordo escrito, feito no Tribunal, que ambas as partes aceitaram como bom. Entre 1995 e 2013, nada aconteceu. Por isso, vem lembrar este Executivo e a Assembleia Municipal que no mais curto espaço de tempo seja reiniciado o processo e o que falta do compromisso. Espera que as infraestruturas enterradas sejam concluídas. Há também um acesso provisório, com início no Parque de Campismo e fim no Estádio de Futebol, que não está ainda resolvido. Para que na altura o processo não ficasse encravado, cedeu durante cinco anos essa passagem. Já passaram dois anos e espera que o problema se resolva nos três anos que ainda faltam.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que fez a seguinte intervenção: “Sobre o que acabamos de ouvir (se o Presidente deu ou não conhecimento aos senhores vereadores da oposição relativo a uma obra inscrita no chamado “overbooking”) apraz-me dizer o seguinte: embora pareça um caso de somenos importância, tipo “fait divers”, para mim reveste-se da maior importância, a política deve ter elevação, ser decente, transparente, correcta, “à mulher de César além de ser tem que parecer”; um parêntese, com executivos homogêneos esta celeuma não teria existido; o facto de não ter formação jurídica, senhor presidente, embora importante não é óbice ao seu desempenho, pois como estará recordado o Dr. Anacoreta Correia definiu o direito «como o bom senso cientificado» e eu reconheço-lhe essa qualidade (bom senso).

As questões a colocar ao senhor, são as seguintes: na zona do campo da feira a iluminação é muito fraca, é como se não existisse, parafraseando o padre António

Vieira «se o sal (a luz) não salga (não ilumina) fora com ele (iluminação)», não há maneira de alterar esta situação?

A outra (questão) prende-se com a escola de vitivinicultura Dr. António Lago Cerqueira; senhor presidente diga-me, se faz favor, se é disparatada a seguinte sugestão: para todos os efeitos trata-se dum problema financeiro e o que eu proponho é na eventual candidatura a fundos deste quadro comunitário de apoio (Portugal 2020, que aloca sensivelmente 20% dos 21 mil milhões de euros ao capital humano, se fizessem “démarches” junto do município vizinho (Marco de Canaveses) e da escola profissional lá implantada no sentido de apresentar uma candidatura em comum, pois pertencemos à mesma comunidade intermunicipal, a câmara, penso que também tem uma participação nessa escola profissional, as áreas de estudo serem similares (agricultura), quando temos conhecimento que certas universidades aqui na região norte estão a associar-se (da competição no passado passamos à “coopetição” no presente, que é uma espécie de mescla entre competição e cooperação), porque nas candidaturas é bonificado a parceria (candidaturas conjuntas).

Senhor presidente o assunto livros já estava na “prateleira” (aguardando o que o senhor irá decidir no próximo ano lectivo), todavia esta semana o senhor 1º ministro veio anunciar a isenção das taxas moderadoras a todos os jovens até aos 18 anos, o que na minha opinião faz lembrar “a questão livros”, e como alguém lembrou e bem, já estamos em campanha eleitoral, não passa duma medida demagógica.

Usou também da palavra o senhor **DANIEL BESSA** que no uso da palavra disse:

“Todos os dias a comunicação social escrita ou falada, bombardeia-nos com nomes de algumas personagens que foram surgindo na História mais recente pós 25 de Abril de 74. Algumas dessas personagens, deviam cingir-se ao seu singelo nome, que lhe foi atribuído no dia do seu baptismo. Figuras ou personagens, que não acrescentaram nada de bom ou positivo à História mais recente, muitas dessas personagens, deviam sentir-se envergonhadas pelos actos ou atitudes que praticaram, a vergonha é um sentimento que não se compra, não foram capazes de honrar a imagem daqueles que fizeram o 25 de Abril.

Hoje vou relembrar-vos o nome de algumas personalidades que passaram por esta Câmara, antes do 25 de Abril, naquela época com todos os constrangimentos que havia, e eram muitos, mas a seu jeito, estas personalidades foram fazendo História que alguns dos vindouros não gostam de reconhecer.

Amarante e os Amarantinos, deviam estar gratos por tudo que eles fizeram de bom, levaram o nome de Amarante aos quatro cantos do Mundo. Os Excelentíssimos Senhores António Guerreiro Peixoto e Cunha, Coronel Francisco Monteiro de Carvalho Lima, José Joaquim Gonçalves de Abreu, estes foram os últimos três Presidentes que desempenharam esse cargo em toda a sua plenitude.

Durante os seus mandatos foram acompanhados pelos vereadores, D. Henrique Carlos Sottomayor, Dr. Vasco Guedes de Menezes e Queiroz, António Oliveira Martins, Rodrigo de Oliveira Carvalho, Joaquim Pinheiro Cardoso, António Soares Mendes, Eng. Pedro Manuel Alvellos, Adriano Soares Natal, Dr. António Aurélio Babo de Magalhães, D^a Maria José Teixeira de Vasconcelos Lago Cerqueira, Joaquim Cimeiro Cardoso, Professor Manuel Guedes Vieira, José Ribeiro Soares, José Lino da Silva Vieira Pinto. Alexandrino de Melo Matias de Magalhães.

De todas estas personalidades, só dois se encontram no reino dos vivos, são o senhor José Lino da Silva Vieira Pinto, e Alexandrino de Melo Matias de Magalhães todos eles, sem excepção deram o melhor do seu esforço em prol de Amarante e dos Amarantinos. Honra lhes seja feita, foram pessoas incansáveis, abdicaram muitas vezes da sua vida profissional e familiar, vindo graciosamente, repito graciosamente prestar o seu serviço ao Município em prol de Amarante e dos Amarantinos.

Aqueles que já não se encontram no reino dos vivos, se neste momento me estiverem a ouvir pergunto-vos!? Vós, que estivesdes no vosso tempo, sempre activos e atentos na Governação deste Município, se tivésseis tido um capataz por vós nomeado para gerir e enaltecer a riqueza Cultural, Patrimonial e Histórica de Amarante, projectando-a a nível Regional, Nacional e além fronteiras.

Tomásseis vós conhecimento, que esse dito capataz gordo e anafado de botas à cavaleiro e de chibata na mão, geria esta riqueza histórica incomensurável, como se estivesse a dirigir uma roça africana ou fazenda, como se vê nas novelas Brasileiras, reunindo os seus serviçais em plenário, serviçais que labutam diariamente, dando o melhor do seu esforço, para no final de cada mês levarem a sua jorna para casa, para sustento da sua prole.

Esse dito capataz, reuniu os seus serviçais em plenário, ameaçando-os que lhes ia fechar as portas das latrinas (casas de banho) dizendo-lhes que passavam a mijar nas esquinas, (peço desculpa pela calão) onde os ditos serviçais labutam diariamente. Capataz, escrupulosamente zeloso, entendia que aqueles serviçais estavam a gastar demasiado papel higiénico.

Se vós me estiverdes a ouvir, dissei-me que atitude vós tomavas, perante este acto insolente deste capataz, que deveria ser um exemplo na conduta destes mesmos serviçais, ensinando-os a enaltecer a riqueza Cultural, Patrimonial e Histórica deste nosso Município. Mas não! Preferiu usar uma linguagem grosseira, um calão, para denegrir a imagem dos seus serviçais, ofendendo-os na sua dignidade e na sua honra.

Vós que me estais a ouvir, dissei-me lá do alto da vossa sabedoria, qual deve ser o castigo ou penalização a aplicar a este dito capataz insolente?

Deverá ser instaurado um inquérito transparente de averiguações, sem coação aos ditos serviçais, para que possam exprimir a sua revolta a sua indignação pelo trato que receberam, só assim a sua honra a sua dignidade pode ser reposta.

Depois de compulsados todos os dados recolhidos junto dos serviçais, cumpre decidir: este capataz pela insolência demonstrada, pela grosseria das palavras, que já não é virgem, por desrespeito no trato aos seus serviçais, deve ser exonerado por atentado ao pudor, por inadaptação ao lugar que desempenha, pondo em risco todo o passado Cultural, Patrimonial Histórico de Amarante que é dos Amarantinos”.

Por último usou da palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, que perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual futuro do mercado municipal, porque está na hora de fazer algo por aquele espaço. Cada vez se torna mais necessário que o mercado, venha a funcionar diariamente, até como forma de ajudar e dinamizar o comércio local.

Referiu-se também ao sentido de trânsito que atualmente vigora em Amarante, que tal e qual está, impede muitas vezes as pessoas de nos visitarem, porque criou-se uma barreira que só se alterará se o sentido passar a ser descendente, podendo na mesma manter-se a circulação pelo exterior da cidade. Esta situação está a contribuir para que cada vez mais o comércio local defina.

Terminou a sua intervenção referindo a aquisição do espólio de Pascoaes, que na sua perspectiva nunca devia ter saído da Casa de Pascoaes, em Gatão, que muito teria a beneficiar com isso. Faz um apelo para que esta questão seja levada a sério. Se a Câmara conseguisse comprar a casa, seria o ideal. Seria ainda melhor se a D^a Maria Adelaide cedesse o património que o poeta lhe deixou. Pede por isso que a Câmara tudo faça para o conseguir.

Terminadas as intervenções do público o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CAMARA**, para que ele pudesse responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas. Assim, começou por agradecer as sugestões que lhe foram dadas relativamente ao espólio de Pascoaes, Vai tê-las em conta. Relativamente ao Plano de Pormenor da Baseira disse que crise imobiliária levou a que o processo esteja parado há muitos anos. Vamos ver se o

podemos executar, mas certamente não vão demorar tantos anos a encontrar uma solução.

Disse de seguida ao senhor António Adelino que a melhoria na iluminação pública vai começar nas freguesias. Aliás já foi feito um levantamento das necessidades. Relativamente ao Campo da Feira, com a construção do Quartel da GNR, toda aquela zona será alterada em termos de iluminação.

Quanto às escolas, disse-lhe que não vamos de deixar de ter escolas. Temos é de ver que tipo de saídas profissionais é que essas escolas nos poderão garantir. Não vamos replicar cursos. Agora, continua a haver espaço para continuarmos a ter escolas com cursos profissionais.

Respondeu de seguida ao senhor Daniel Bessa dizendo-lhe que não percebeu a intervenção que fez. Por isso não vai dar-lhe qualquer resposta. Não sabe do que falou e de quem falou. A Assembleia Municipal também não é o local certo para este tipo de intervenções.

Por último, disse ao senhor Jorge Pereira da Silva, que estão a trabalhar num novo conceito para o mercado municipal. Também reconhece que a sua recuperação é urgente.

Quanto ao trânsito, estão também a trabalhar num novo regulamento de trânsito para Amarante.

Quanto ao espólio de Pascoaes, disse-lhe que estava no sótão da Câmara, bem acondicionado e num espaço climatizado. Há um inventário de tudo o que foi adquirido. Se quiser ver o espólio ou o inventário, pode fazê-lo.

Terminado este período, foi dado pelo senhor Presidente da Assembleia um intervalo de cinco minutos. Terminado este intervalo, foi então dado início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

Nesta altura da Assembleia Municipal, assumiu a Presidência o Primeiro Secretário Hélder Ferreira, pelo facto do senhor Presidente Armindo Abreu se ter ausentado temporariamente. Passou-se então de imediato à discussão dos assuntos da Ordem de Trabalhos.

PONTO NÚMERO 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

JOSÉ FREITAS RIBEIRO – PS

No uso da palavra, disse que "sendo o PDM um documento de extrema importância para Amarante e para os Amarantinos, sei que o mesmo está em fase adiantada de conclusão. Gostaria que o senhor Presidente nos informasse, qual o ponto da situação e se já sabe qual a data da sua aprovação".

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra começou por enaltecer o mérito, a forma e o conteúdo como o relatório de atividades nos é apresentado. De resto, vem na senda daquilo que já se fazia no passado e quem prossegui fê-lo pelo mesmo caminho e aqui ou ali porventura melhorou-o.

Vai referir-se a um aspeto que até parece a continuidade da discussão do período de antes da ordem do dia, que tem a ver com a educação. Tomando como boas as palavras que o senhor Presidente da Câmara usou aquando da sua última intervenção, a minha intervenção aqui e agora é feita tão somente em nome daquilo que ele desafiou e que também eu apregoo em nome da seriedade política. Em nome dessa seriedade política cumpre-me dizer o seguinte: "recordo-me que em 2009 aquando do momento pré-eleitoral autárquico surgiram aqui ou ali no nosso concelho alguns cartazes que procuravam denegrir o trabalho autárquico do Partido Socialista em tudo aquilo que estava relacionado com a educação. Quis o tempo e a circunstância que fossem os mesmos atores, ou pelo menos os mesmos responsáveis

políticos a repor a verdade neste relatório. Naquilo que concerne às atividades desenvolvidas pela Agência de Planeamento Estratégico do Município de Amarante aparece aqui de uma forma muito bem concebida uma enumeração de projetos e candidaturas que foram apresentadas. Um são novas, outras vêm no âmbito do acompanhamento daquelas que tinham sido apresentadas ao QREN que terminou em 2013. E como no dito cartaz se fazia uma comparação entre aquilo que Amarante fez pela educação e aquilo que outros municípios fizeram aqui à volta, sendo certo de uma dimensão física e populacional muito maior que a nossa e refiro-me a Paredes e Penafiel, dizia-se que Amarante praticamente não tinha feito nada. O tempo e a circunstância, diz-nos no relatório pela voz do PSD que na altura foi o responsável pelo cartaz, que se candidatou o Centro Escolar do Marão, o Centro Escolar de Aboim/Chapa/Vila Garcia, o Centro Escolar de Telões, o Centro Escolar de Travanca que tinha sido iniciado então, mas concluído agora por este Executivo e que na totalidade perfazem o recebimento pela Câmara de Amarante de fundos do FEDER no valor de mais ou menos seis milhões quatrocentos e cinquenta mil euros. E foi em nome da seriedade política que se obrigou vir à tribuna lembrar tudo isto. Era preciso repor a verdade e dizer que o PS enquanto cá esteve também cumpriu o seu papel, candidatando aquilo que de mais significativo entendeu que devia ser candidatado.

Confessa, e não lhe custa nada reconhecer que este Executivo tem talvez mais apetência para aproveitar melhor as candidaturas possíveis e os programas que estão ao seu dispor. A sua intervenção vai então no sentido de repor a seriedade política e enaltecer as obras que em tempo útil permitiram que o Município tenha recibo a verba atrás mencionada.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que registava com agrado a intervenção do orador anterior. Na altura da campanha eleitoral, o cartaz fazia todo o sentido porque se a Câmara numa outra reunião trouxer os dados de facto em Amarante fez-se obra. É evidente. E fez-se o que o senhor deputado referiu. Só que estamos a falar em obras de grandeza totalmente diferentes relativamente aos municípios vizinhos de dimensão similar, como por exemplo Felgueiras e até os mais pequenos, como por exemplo Baião e Celorico. A tragédia é essa. Estamos a falar de dimensões totalmente diferentes. Agora, o senhor pode fazer o registo de me dizer assim: “O PS já sabia que ia haver uma redução drástica de crianças e então não investiram mais”. Mas isso é uma petição de princípio.

Usou de seguida a palavra o senhor **VICE- PRESIDENTE JORGE MENDES**, que relativamente à questão sobre o ponto de situação do PDM, disse que estava agendado para a próxima reunião de Câmara esse assunto. A resposta a este tema do PDM pode ser dada de várias maneiras. Como a questão foi colocada de forma positiva não merecerá nenhum outro comentário que não seja o de objetivamente tentar de forma breve dar a conhecer o ponto de situação acerca da revisão do PDM.

Em primeiro lugar toda a equipa do PDM tem vindo a fazer um trabalho de muito mérito e com a maior celeridade possível. Não tão rápido como nós queríamos, porque como dependemos de entidades externas, isso leva a que não se ande tão rápido quanto o desejaríamos. Nas entidades externas e no que diz respeito por exemplo `Reserva Ecológica Nacional, há várias etapas a percorrer. Este país tem muita gente que se pronuncia sobre cada um dos dossiers, mais que não seja para criticar e não dizer nada. No nosso caso nem tem sido isso felizmente. Mas no que respeita ao dossier REN, a sua entrega foi feita em agosto de 2013. Entretanto ficaram pendentes por legislação transitória e os prazos foram todos cumpridos quase no limite do tempo, não por culpa própria, mas sim por imperativo dessa legislação. Em 21 de julho de 2014, foi entregue na Comissão Nacional da REN o dossier pelo senhor Presidente da

Câmara, numa ida a Lisboa, já depois de em junho ter tido o parecer favorável da CCDRN. Este dossier foi então entregue em 21 de julho, mas só foi apreciado em 29 de Janeiro de 2015. Nós não controlamos estes prazos. Para tentar acelerar o processo, tem ido muitas vezes a Lisboa. Tem ele e o senhor Presidente da Câmara, tendo ambos participado em diversas reuniões no sentido de fazer ver às entidades da tutela, se eles querem ou não que desenvolvamos PDM, porque no fundo a questão principal é esta. Se é para não desenvolver os PDM, então digam-no de uma vez por todas. Este foi de facto um constrangimento. O dossier da REN é um documento nuclear no desenvolvimento de todas as outras condicionantes, embora em paralelo exista um ou outro documento que foi sendo desenvolvido.

Relativamente ao reflexo que isto tem no nosso plano é que nós temos vindo a elaborar o planeamento daquilo que é para nós o PDM. O que nós prevemos que possa acontecer, é que no verão esteja já em discussão pública e em novembro seja eventualmente publicado. Este é o nosso Plano e são estas as nossas referências. Vamos também aguardar que as entidades externas sejam céleres no processo. Algumas dessas entidades já se comprometeram a ser céleres, até porque temos confrontado algumas dessas entidades com o dossier da REN. Quando se trabalha com legislação transitória, quando temos uma nova lei dos solos e quando foi recentemente a Conselho de Ministros um novo RGIT, isto leva a que se complique todo o processo. De forma genérica, os grandes objetivos são estes: discussão pública e publicação no final do ano.

Relativamente à RAN será o dossier final entregue no próximo mês. O ponto de situação é este e há aqui uma série de etapas intermédias que já estão vencidas. Esperemos que nenhuma entidade falhe e não venha agora dizer que precisa de seis meses para se pronunciar. Há efetivamente um conjunto de entidades que emitem pareceres mas que não tem utilidade nenhuma. O país em vez de andar a fazer tanto circo político, devia andar efetivamente a trabalhar para reformar o Estado e a saber intervir nas entidades otimizando estes processos, saber delegar competências para que as populações possam ter instrumentos de planeamento em tempo útil.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, para dizer que relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Jorge Pinto queria corrigi-lo no seguinte: Em 2009 não se tentou denegrir coisa nenhuma. O que se tentou foi alertar para a passividade que o anterior Executivo tinha para com a questão das candidaturas. O que se fez foi ir ao site do ON e imprimir a listagem das obras que foram feitas no concelho de Amarante. Nessa altura, em toda a zona norte éramos o penúltimo concelho a contar do fundo. Foi por isso que alertamos. Foi o constatar objetivamente um facto. Se chama a isto denegrir, ele tem a este propósito outra leitura. No anterior QREN, o município de Amarante apresentou um investimento total de doze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis euros e vinte e três cêntimos. Foram considerados elegíveis dez milhões duzentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos. Foram aprovados oito milhões, seiscentos e oitenta mil euros. Já agora podia fazer um cartaz onde dissesse : Baião, um concelho mais pequeno fez um investimento de vinte e um milhões de euros e sessenta e quatro cêntimos. Foram considerados elegíveis dezoito milhões quatrocentos e sessenta euros e foram aprovados quinze milhões e duzentos mil euros. Estamos a falar de Baião para Amarante. E depois fomos a Felgueiras que teve um investimento de quarenta e dois milhões, duzentos e vinte mil euros. Foi considerado elegível o valor de trinta e seis milhões trezentos e sessenta mil euros e a participação foi de vinte e nove milhões trezentos e treze.

Este Executivo irá trabalhar os Quadros Comunitários como puder. Vai dentro da medida do possível aproveitar tudo. A forma de chamar a atenção é muitas vezes o cartaz. Se daqui a um ano o PS colocar um cartaz lá fora a dizer: “no overbooking vocês só fizeram seis milhões e cem mil euros de candidaturas”, temos de aceitar o

que dizem. São dados, são factos. Fica triste é de saber que outros Municípios conseguem fazer mais. São factos e isto não é denegrir coisa nenhuma. Em 2009 foi feito um cartaz a dizer o que setinha feito à época. Depois foi feito mais. Mau seria. Foi o combate político da altura. Estávamos em campanha eleitoral, a um mês das eleições. É normal enaltecer as fragilidades do adversário em contraponto com aquilo que considerávamos serem as vantagens daquele que iria ocupar o poder. Na altura perdemos. Portanto, da próxima vez não diga denegrir. Diga: “o senhor constatou um facto e observou o que era uma fragilidade do anterior Executivo”.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA AO SISTEMA VIÁRIO DE VILA MEÃ – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que quanto a este ponto queria mais uma vez realçar este projeto estruturante para Vila Meã que a vontade deste Executivo decidiu implementar. Também queria aqui registar, depois dos reptos que noutras reuniões lançou, que o senhor Presidente da Junta de Vila Meã já manifestou satisfação relativamente a este projeto aquando do lançamento da obra nos Bombeiros de Vila Meã. Votarão a favor da proposta.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que relativamente ao projeto e à sua análise, o PS já se manifestou com todos os seus elementos e com os seus Presidentes de Junta envolvidos, inclusive aquando da aprovação do projecto e essencialmente aquando da apresentação pública.

O que nos traz aqui hoje é a declaração de interesse municipal para a realização da obra. O PS não tem qualquer objeção a fazer. O projeto foi aprovado por unanimidade. Este é um dos casos, e indo ao encontro daquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, no que à descentralização diz respeito, cada vez se torna mais urgente definir quais são efetivamente as competências dos Municípios e as que não são, e a possibilidade que o Município tem em pronunciar-se sobre tudo, ou seja, não faz sentido que a Câmara aprove projetos e que depois seja necessário submeter-se a uma declaração de interesse municipal. Se obviamente aprovou o projeto, fica desde logo entendido que há interesse público na sua realização, o que leva a que se venha a tomar uma deliberação quase desnecessária. A discussão deste assunto e a necessidade desta deliberação apenas nos chama a atenção para a necessidade de se discutir a descentralização e neste caso a regionalização a sério, tema que certamente ouviremos num futuro muito próximo.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação do mesmo. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda votado em minuta, para produzir efeitos imediatos, também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À ALTERAÇÃO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – ARU- ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a presente alteração ao Código Regulamentar decorre da aprovação da ARU e das isenções e benefícios fiscais, criados aquando da delimitação que já constava da proposta que lhes foi apresentada e cuja alteração consiste essencialmente na alteração ao artigo 15º do Código Regulamentar relativa à isenção de taxas para determinadas operações urbanísticas, e a consequente fundamentação económica/financeira da mesma.

Já na discussão do ponto e da definição da ARU e dos benefícios a ele associados o PS manifestou-se favoravelmente às propostas e fez o registo de que relativamente às taxas do licenciamento há uma opção do Executivo em diminuir a isenção, porque aquilo que estava previsto no Código regulamentar podia isentar na totalidade as taxas devidas pelas operações urbanísticas sujeitas a licenciamento, autorização ou comunicação prévia e agora aquilo que se prevê é uma redução de 80%. De qualquer das formas é uma opção legítima até porque a partir do momento em que foi criada a área de reabilitação urbana houve um “aumento” da área que era o centro histórico e portanto vai haver mais pessoas a poderem beneficiar desta medida e nesta perspetiva haverá uma maior perda de receita relativamente àquilo que existia no passado. É razoável, é uma opção que o PS obviamente tem que julgar como válida porque para quem está à frente dos destinos do Município é quem define as prioridades.

Apenas tem uma dúvida, porque na proposta que foi apresentada e no artigo 559/A, nas isenções e no que diz respeito à reabilitação urbana, o artigo 5º diz: “há lugar à isenção do pagamento de taxas relativamente à ocupação do domínio público para efeito de reabilitação e obras ao abrigo dos programas de incentivo à reabilitação do património edificado promovido pelo Município”. A sua dúvida é se quer dizer – para efeitos de reabilitação ou de realização; artigo 559/A artigo 5º. Na sua opinião deve ser realização ou execução de obras. Parece-lhe haver aqui uma gralha e por isso gostava de ser esclarecida.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que era só para registar mais um projeto, que é a ARU, Área de Reabilitação Urbana, estruturante neste caso para o centro de Amarante. Espera que venha a estender-se também a Vila Meã. Mais uma vez, foi a vontade deste Executivo que pôs a ARU em marcha.

Quanto à redução de 100% nas taxas, era absolutamente excecional e dentro de uma determinada área pretende-se que seja matriz e não exceção. Vamos votar a favor.

De seguida usou da palavra o senhor **VICE-PRESIDENTE**, que disse que o assunto que nos traz aqui é de facto concluir a primeira parte do desenvolvimento da ARU. Delimitação só houve uma. Portanto aplica-se naturalmente a essa delimitação esta proposta de taxas. Começou por fazer-se uma observação dizendo-se que no passado existia isenção de 100%. Segundo a sua interpretação e a de alguns juristas haverá isenção quando coercivamente forem obrigados a fazer a intervenção. Foi essa a intenção. Quando as pessoas pudessem fazer reabilitação por iniciativa própria não teriam 100% de isenção, mas se o Município as obrigasse aí já teriam os 100%. O que trazemos aqui são os 80% para todas as isenções. Há uma filosofia por trás disto. Se atribuíssem uma isenção de 100% estariam sujeitos a que quando alguém pedisse ocupação da via pública teria isenção total durante dois ou três anos. Durante esse período nada pagaria. Assim pagando alguma coisa haverá sempre a preocupação de respeitar os prazos concedidos.

Relativamente à dúvida da senhora deputado Octávia Clemente, no que diz respeito ao ponto 5 do artigo 559/A, não lhe sabe responder de imediato. Vai confirmar, mas julga tratar-se de obras de reabilitação. Da leitura que faz agora parece-lhe reabilitação.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se a votação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos também por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA ÀS CANDIDATURAS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JUÍZ SOCIAL

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a discussão é simples porque resulta da lei. No início de cada mandato é necessário proceder a esta eleição. Estamos aqui a falar de pessoas mais ou menos conhecidas, e não ficaria bem estar a fazer qualquer registo, a menos que qualquer das pessoas indicadas fosse menos idónea. Por isso, o PS não tem qualquer objeção a fazer e votará a favor, alertando contudo que, tratando-se de uma eleição de pessoas elas devem ser votadas por voto secreto.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, e como a eleição das pessoas indicadas ficaria para o final desta reunião de modo a poder prepara-se o processo, e sem oposição de nenhum Deputado, passou-se de imediato ao ponto número cinco da ordem de trabalhos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE UM PEDIDO DE CERTIDÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – REQUERENTE IMOCASH – OMOBILIÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO, S.A. – LUGAR DO FERRO – FREGUESIA DE LUFREI – PROCESSO Nº 108/2014 OP-CER

Relativamente a este ponto, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. Assim sendo, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação do mesmo por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que se tratava da primeira alteração ao mapa de pessoal aprovado para 2015. Este mapa refere o aumento de 28 ou 29 lugares ao total. De qualquer das formas o mapa de pessoal destina-se a dotar o Município dos meios técnicos e capital humano necessário a prosseguir as suas atribuições de acordo com aquela que é a sua opção política, de acordo com aquela que foi a sua reorganização que nos foi presente no âmbito da criação das estruturas orgânicas. Naturalmente que cabe ao Partido que gere os destinos do Município a escolha daqueles que são as melhores soluções para aquilo que se propõe fazer sob pena de não tendo os técnicos necessários o não poder fazer. O PS enquanto Partido responsável que é e tem sido ao longo deste tempo tem que permitir que o partido que gere os destinos do Município execute o programa e como tal preencha o quadro de pessoal de acordo com as suas necessidades. Temos uma referência quanto ao facto de não estar referido, apesar da proposta dizer “os custos a suportar com os recrutamentos decorrentes das necessidades encontram-se devidamente orçamentados no orçamento da autarquia, oportunamente aprovado”, pergunta então se quando da aprovação orçamental realizada ainda em 2014, para produzir efeitos a

partir de janeiro de 2015, se já estava de encontro a esta necessidade ou então se houve alguma alteração sob pena de não fazer sentido que se diga que já estavam refletidas estas alterações na altura não estava prevista a criação destas vagas no quadro. Tão só isto.

Nesta altura da reunião retomou as funções como Presidente da Mesa da Assembleia, Armindo Abreu.

Deu de seguida a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que no uso da palavra disse que sobre a questão financeira apontada pela oradora anterior, mantiveram a rubrica no orçamento que vinha do ano anterior. Entretanto houve um decréscimo de pessoal, num total de vinte e duas pessoas que ao longo do ano de 2014 foi deixando o serviço. Essas saídas acabam por colmatar o diferencial financeiro que possa existir.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor - 46; Abstenções – 5; Votos contra – 0.** A proposta foi ainda aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRPOPOSTA RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS.

Começou por usar da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que disse a ata da Câmara, relativamente àquela que os senhores deputados receberam está diferente, porque na primeira fala-se em quatro lugares a prover, quando na realidade o que resulta da deliberação correta são cinco lugares a prover. Dada esta explicação foi então distribuída a cópia da nova deliberação.

Entretanto, e dado o adiantado da hora, o senhor Presidente da Assembleia pôs à consideração dos senhores Deputados a interrupção dos trabalhos, com um intervalo para almoço, ou então a continuação da reunião, o que poderia levar a que a mesma terminasse muito tarde. Fez-se uma votação e apurou-se que a maioria dos senhores Deputados optaram por continuar os trabalhos da reunião até final.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

FERNANDO MIGUEL SOUSA CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra, o senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Movimento Amarante Somos Todos depara-se com duvidas relativamente ao "processo de abertura de procedimentos concursais" uma vez que a proposta a deliberar não é clara quanto ao número de procedimentos de recrutamento e seleção.

A proposta presente à Assembleia Municipal refere abertura de quatro procedimentos de recrutamento e seleção enquanto a documentação de suporte refere a abertura de cinco procedimentos de recrutamento e seleção. Apesar de ainda não ter sido disponibilizada a ata da reunião de executivo do dia 16 de Fevereiro podemos constatar pela declaração de voto do Vereador da oposição Dr. Pedro Barros a viabilização de uma proposta, na mesma reunião de executivo, para 5 procedimentos de recrutamento e seleção.

Atendendo à forma como este processo esta a ser conduzido desde o início e à forma como é hoje apresentada, iremo-nos abster na presente votação.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra a senhora Deputada “Este ponto da ordem de trabalhos, é presente a esta Assembleia para que esta autorize, se bem depreendo da deliberação, o alargamento do âmbito do recrutamento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido. Da proposta que nos é apresentada, entende abancada do PS que não estão

devidamente fundamentados e explicitados na proposta os fundamentos que a lei do Orçamento de Estado para 2015 prevê para que se possa proceder à abertura de concursos públicos a candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido. Não se consegue alcançar da proposta que seja imprescindível o recrutamento tendo em vista assegura o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas. E não se diga a este propósito que o parecer jurídico entretanto junto e que por aquilo que percebi terá sido solicitado em cima da reunião para que pudesse ser deliberado e talvez por essa razão também não seja tão aprofundado quanto deveria ter sido. Apenas diz que é imprescindível porque “visa assegurar a continuidade da prestação do serviço público legalmente atribuído”, referindo a Lei 75. Ora se é para fazer referência à lei à 75 e às atribuições e competências do Município, as vagas que aqui nos são apresentadas e que têm a ver essencialmente com o preenchimento do mapa de pessoal para a Agência de Planeamento, situação esta que não está diretamente consubstanciada na lei. Essa necessidade do serviço público não me parece que seja a razão para ser criada esta norma no âmbito do Orçamento de Estado. Também não está documentada a necessidade de ocupar este posto de trabalho com trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou outros instrumentos de mobilidade, situação não demonstrada na proposta, assim como também não está demonstrado na proposta que os encargos com recrutamento estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam e que no fundo vêm de encontro à referência que foi feita relativamente ao mapa de pessoal. É verdade que o senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento já refletia essa situação, tendo em conta que as despesas com os funcionários que entretanto se ausentaram cobriam as vagas que entretanto estavam a ser criadas. Mas o que é facto é que aquilo que a lei impõe é que seja feita por referência específica a dotação e qual o valor global da despesa. E só depois de sabermos o valor global dessa despesa e fazer a reportação para o ano em curso, comparando as despesas de pessoal com as do ano anterior é que se pode concluir se houve ou não aumento da despesa relativamente ao ano anterior. Não verificamos aqui que essa previsão e essa fundamentação seja feita. Aliás a referência que as despesas com pessoal diminuíram relativamente ao ano anterior em sessenta e três mil euros, não pode ser tida em conta e nem ser vista como critério porque isso não se refere à despesa da totalidade, mas apenas a uma variação do período homólogo e nada mais do que isso.

Por todas estas dúvidas e por entender que esta necessidade de recrutamento para a situação em concreto do alargamento, não está devidamente fundamentada e que também porque não é feita referência expressa às alíneas do artigo 47º nº 2 da lei 82/2014, do Orçamento de Estado no seu artigo 64º, embora existindo um parecer jurídico que suporta toda a documentação, não impedem que o PS neste ponto se vá abster.

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse que até parece que estamos aqui a discutir só assuntos jurídicos. Ouviu que há falta de fundamentação, quando há um parecer jurídico nos autos o que institucionalmente é o que vale. Quem não concordar com o parecer jurídico, deve pedir outro e se assim o entender deve fazê-lo a uma entidade externa. Lembra também, ao contrário do que aqui foi dito, que uma das atribuições consagradas na lei para os municípios é a promoção e o desenvolvimento que é para o que serve esta Agência. Essa situação está plasmada no artigo 23º, nº 2 da Lei 75. Felicita o Município por criar a Agência, porque é por causa dela que o município terá mais capacidade para fazer as tais candidaturas que no passado tanto quanto se sabe não eram feitas porque não havia pessoal dedicado a esta missão e com estas

atribuições. Ainda bem que se criou a Agência que pensa vai ser eficaz. Vai ser concerteza importante para o Município tratar este aspeto do desenvolvimento como deve ser tratado. Votarão a favor da proposta.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação da proposta. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado: **Votos a favor - 24; Abstenções – 24; Votos contra – 0.** A proposta foi ainda aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 8 – DESIGNAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE ATÉ AO NÚMERO DE 20, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – (ARTIGO 5º ALINEA J) DA LEI 33/98 DE 18/07/1998)

Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia disse que em reunião de líderes, decidiu-se embora seja a Assembleia a dizer se concorda ou não, que dos vinte elementos que fariam parte do Conselho Municipal de Segurança, que se concluiu serem demais. E por isso, se optaria por apresentar uma proposta com apenas sete elementos. Desses sete elementos, três seriam do PS, dois do PSD, um do CDS e um do Movimento Independente Amarante Somos Todos.

Como ninguém se opôs, foi então apresentada uma proposta subscrita por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal e que a seguir se transcreve:

PROPOSTA – “Os deputados da Assembleia Municipal em representação dos respetivos Grupos Municipais, infra identificados, vêm propor, para integrar o Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos Amarantinos: Pelo Partido Socialista: Abel António Guimarães Coelho, Marco Tiago Leitão Carneiro e Pedro Balbino Gonçalves da Silva. Pelo Partido Social Democrata: Artur da Fonseca Freitas e Joaquim da Silva Torres. Pelo CDS/PP: José da Rocha Loureiro. Pelo Movimento Amarante Somos Todos: António Aurélio Patrício.

Mais declaram que os interessados aceitam a indicação”.

A aceitação da lista foi então posta à votação, tendo sido aceite por UNANIMIDADE. A votação, a exemplo do que já tinha sido acordado para o ponto número quatro ficaria para o final da reunião.

PONTO Nº 9 – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – (ARTIGO 6º DA LEI 33/98 DE 18/07/1998)

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia, que disse que a aprovação deste Regulamento era provisória, porque depois vai ao Conselho e depois deste fazer as correções e anotações que entender necessárias, ele volta à Assembleia para sofrer uma deliberação definitiva. Para esta reunião a Mesa elaborou um Regulamento muito simples despidido de tudo o que é desnecessário e que passo a ler: **Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Amarante - (versão provisória).**

A Lei nº. 33/98, de 18 de julho, veio criar os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação.

Para a prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança de Amarante deve dispor de um regulamento de funcionamento cuja versão provisória deve ser aprovado pela

Assembleia Municipal, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e funcionamento, bem como a sua composição.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º.

Noção

O Conselho Municipal de Segurança, doravante designado por conselho, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação.

Artigo 2º.

Objetivos

Os objetivos a prosseguir pelo Conselho são os definidos no artigo 3º., da Lei nº. 33/98, de 18 de julho.

Artigo 3º.

Competências

Compete ao Conselho emitir parecer sobre as seguintes matérias:

- a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do Município;
- b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município;
- c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do Município;
- d) Os resultados da atividade municipal de Proteção Civil e de combate a incêndios;
- e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
- f) A situação sócio económica municipal;
- g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxicod dependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
- h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.

CAPÍTULO II

Organização e Funcionamento

Secção I

Da composição e Presidência

Artigo 4º.

Composição

Integram o Conselho:

- a) O Presidente da Câmara Municipal;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- b) A Vereadora do Pelouro da Educação e Ação Social;
- d) O presidente da União de Freguesias de S. Gonçalo, Madalena, Cepelos e Gatão, o Presidente da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, o Presidente da Freguesia de Vila Meã, ou União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira e o Presidente da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei;
- e) Um representante do Ministério Público do Tribunal de Amarante;
- f) O comandante operacional municipal;
- g) Os comandantes dos postos da GNR de Amarante e de Vila Meã;
- h) Os comandantes do corpo ativo dos BV de Amarante e dos BV de Vila Meã;
- i) Um técnico dos serviços da segurança social sediados no Município;
- j) O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Amarante;
- l) Um representante de cada um dos agrupamentos escolares de Amarante, da escola secundária, do colégio de S. Gonçalo e do colégio de Vila Meã;
- m) Os presidentes das direções da Associação Empresarial de Amarante e da Associação Empresarial de Vila Meã;
- n) Um representante municipal de cada uma das centrais sindicais UGT e CGTP e
- o) Os sete cidadãos designados pela Assembleia Municipal.

Artigo 5º.

Presidência

O Presidente da Câmara preside ao Conselho, sendo coadjuvado no exercício das suas funções por dois secretários, por este eleitos de entre o seus membros .

Secção II

Das Reuniões

Artigo 6º.

Periodicidade e Local das Reuniões

O Conselho reúne, ordinariamente, uma vez por trimestre, no edifício sede do município, ou , por decisão do Presidente da Câmara, em qualquer outro local do concelho .

Artigo 7º.

Convocação das Reuniões

As reuniões são convocadas pelo presidente da câmara, com a antecedência mínima de oito dias, constando da respetiva convocatória a data e local da sua realização, bem como a respetiva ordem do dia.

Artigo 8º.

Quórum

Não pode deliberar-se em qualquer reunião do Conselho sem a presença da maioria absoluta dos seus membros, nem sobre assuntos que não constem da respetiva ordem de trabalhos.

Artigo 9º.

Legalidade das Deliberações

As deliberações são validamente tomadas desde que votadas, favoravelmente pela maioria simples dos membros do Conselho presentes na respetiva reunião.

Artigo 10º.

Atas

1. De cada reunião será lavrada uma ata, que conterà, em resumo ,tudo o que nela tiver ocorrido.

2. As atas serão lavradas, em livro próprio, sob responsabilidade do primeiro secretário e cada uma delas será posta à votação no final da reunião a que disser respeito, ou no início da reunião seguinte, e serão assinadas pelos membros da mesa.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 11º.

Apoio Logístico

Compete à Câmara Municipal dar o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

Artigo 12º.

Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento, ou os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o quadro legal em vigor .

O Presidente da Assembleia Municipal

(Armindo José da Cunha Abreu)

O Primeiro Secretário

(Hélder José Magalhães Ferreira)

A Segunda Secretária

(Joana Filipa Seixas Magalhães)

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que tinha sido preferível discutirmos uma proposta de regulamento antes de o trazer a esta reunião, para todos termos conhecimento prévio e então depois é que devíamos pronunciarmo-nos adequadamente acerca do regulamento.

Como isto é um regulamento provisório que vai a título consultivo para o Conselho Municipal e volta depois à Assembleia para a aprovação do regimento definitivo. Sendo assim, a omissão de procedimentos não será problemática e nós não poremos entraves nisso, até porque o regulamento não está mal elaborado, podendo haver uma ou outra falta de algum elemento que depois será colmatado aquando da apresentação do regulamento definitivo.

Relativamente ao artigo 4º nº 2 da Lei 33/98, falta concretizar a norma que vem aí expressa. Os pareceres têm a periodicidade que for definida pelo regulamento.

Pensa que se deve acrescentar no artigo terceiro um ponto com as alíneas que já existem e no ponto número dois definir a periodicidade uma vez que a lei prevê que seja definida em regulamento. Não vão por qualquer entrave, vão votar a favor, porque apenas se trata de uma versão provisória.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que só se percebe a intervenção do orador anterior porque não esteve na reunião de líderes, onde o Movimento também não se fez representar. Nessa reunião, os presentes chegaram a um entendimento, e até no que diz respeito ao número de cidadãos que farão parte do Regulamento, a decisão foi consensual. Assim sendo, o PS não tem qualquer objeção a fazer e votará favoravelmente esta proposta de regulamento.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Assembleia que disse ao senhor deputado António Araújo que é verdade que hoje ninguém está preparado para discutir este regulamento que é provisório. Vamos aprovar a proposta inicial, submetê-la à Comissão e só depois, quando houver um regulamento definitivo é que será presente de novo à Assembleia Municipal. Disse ainda que seria agora corrigida a alínea o) do artigo 4º, de seis para sete elementos.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se à votação deste ponto, que foi aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 10 – CONHECIMENTO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A AÇÃO INSPETIVA ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO EM 2012, CONSUBSTANCIADA NO RELATÓRIO Nº 407/2013 E ANEXOS, DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS, (CONFORME O ARTIGO 25º, Nº 2, ALINEA G) DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO)

Usaram da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que teve o cuidado de analisar o relatório não com tanto cuidado quanto deveria, embora alguns dos documentos lhe sejam familiares, uma vez que respeitam ao período em que exerceu funções enquanto responsável pelo pelouro do urbanismo. Nessa altura, foi sujeita a duas inspeções relativamente àquilo que foi o seu trabalho. Aliás a única recomendação proposta é relativa ao urbanismo e ao incumprimento do processo de desmaterialização dos processos decorrentes da nova legislação sobre urbanismo. Portanto, leu os documentos e analisou-os. Pensa que a Câmara já tenha feito a audiência prévia acerca do relatório. Daquilo que percebeu a

única recomendação tem então a ver com a desmaterialização das comunicações prévias e tanto quanto percebeu a Câmara já manifestou a intenção de avançar com a adjudicação para prestação do serviço.

Em tempos, em conversa com o senhor Vice-Presidente ele referiu-lhe que já tinha sido feita uma candidatura relativamente a esta questão e vai fazer referência, sem querer ser maçadora, ao incumprimento desta obrigação legal. Também no passado chegaram a fazer uma candidatura, quando saiu a primeira legislação do regime jurídico da urbanização que era de dois mil e sete e que já apontava para a necessidade da desmaterialização nos serviços da Câmara, que foi quando se implementou o GSE e o GSP, aplicação de gestão documental. Portanto, fizemos as candidaturas e o investimento que tinha que ser feito. No princípio a ANO, empresa que implementou a aplicação, teve alguma dificuldade em fazer a integração das plataformas. Naquilo que é a essência e depois de analisado o relatório da IGF, o PS congratula-se com este relatório que no geral é favorável àquilo que foi a atuação do Município. Foram também analisadas questões do urbanismo, aliás como é normal neste tipo de inspeções e que no seu computo final e apesar de não constarem nos documentos que nos foram entregues, as decisões finais proferidas sobre elas levam a que se pense que o Município tenha atuado dentro das regras da legalidade.

Aproveita também para dizer, que apesar de tudo as inspeções são necessárias e essenciais, Nem sempre os municípios cumprem rigorosamente os procedimentos a que estão obrigados. Hoje em dia, cada vez é mais difícil, dado o emaranhado de legislação autárquica que existe cumprir determinados procedimentos e lembro a este propósito a acumulação de funções que também é referida no relatório e que pelo facto de ter mudado a legislação, deviam ter caducado e proferidas outras, o que entretanto até foi feito. Foi um aspeto positivo da inspeção que também veio dar orientações ao Município de como deve proceder. Posto isto, e da nossa parte aprovaremos o relatório por corresponder àquilo que o mesmo consubstancia e como tal o PS nada tem a objetar.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação da apreciação positiva do relatório. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. O mesmo aconteceu para a aprovação em minuta.

Terminada a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, e como anteriormente havia sido acordado passou-se de imediato à eleição das pessoas designadas para as “Candidaturas para o exercício da função de Juiz Social” e para a “Designação de um conjunto de cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança”. A eleição foi realizada em simultâneo, tendo sido depositados os votos em urnas separadas. A forma de votação era escrever no boletim de voto a palavra SIM, a palavra NÃO, ou o voto em BRANCO.

Explicado o processo, passou-se então à chamada dos senhores Deputados que um a um depositaram o seu voto nas respetivas urnas. Terminado este processo, passou-se à contagem dos votos. Assim, **o ponto número 4** da ordem de trabalhos obteve: **1 voto -NÃO-, 5 votos -BRANCOS-, e 46 votos -SIM-**. **O ponto número 8** da ordem de trabalhos obteve: **0 votos - NÃO-, 4 votos -BRANCOS- e 48 votos -SIM-**.

Como não havia mais assunto nenhum a tratar na Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos quando eram catorze horas. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____